



III. NOVOS MOVIMENTOS E ATORES SOCIAIS EM HABERMAS, OFFE E TOURAINE: QUESTÕES PARA O AMBIENTALISMO E A SUSTENTABILIDADE

1	O caráter emancipatório dos movimentos sociais em Habermas	39
.....		
2	As variáveis explicativas em Offe	40
.....		
3	Touraine e a questão central dos movimentos sociais, no âmbito da análise sociológica	42

III. NOVOS MOVIMENTOS E ATORES SOCIAIS EM HABERMAS, OFFE E TOURAINE: QUESTÕES PARA O AMBIENTALISMO E A SUSTENTABILIDADE

1 O caráter emancipatório dos movimentos sociais em Habermas

A questão dos novos movimentos sociais e seus atores se estabelece a partir do reconhecimento da existência de novos conflitos, diferenciados do modelo institucionalizado daqueles advindos da distribuição. Esses conflitos se estabelecem nas áreas de reprodução cultural, integração social e socialização (Habermas, 1981: 33). Sua análise se dá no contexto do estado de bem-estar social (welfare state), mas pode ser acolhida em situações mais abrangentes. Para a heterogeneidade dos movimentos surgidos se estabelece, como linha de unificação, a crítica ao crescimento, pois tais grupos provinham de setores da sociedade capitalista mais seriamente afetados ou que puderam vislumbrar as conseqüências de autodestruição inseridas nesse tipo de modelo. Habermas destaca ainda que esses grupos não emergiram nem de movimentos de liberação burgueses nem dos de trabalhadores organizados, surgindo de forma difusa, agrupados em torno das questões inicialmente defensivas, relativas a minorias, ambiente, cidadania, religião e feminismo.

Offe (1985: 181) concorda com Habermas quanto à irrelevância de códigos socioeconômicos (como classe) e códigos políticos (como as ideologias), e situa a base social dos novos movimentos em três segmentos da estrutura social claramente delimitados: a nova classe média, especialmente os setores que trabalham em profissões de serviços humanos e/ou no setor público; elementos da velha classe média; e uma categoria de população formada por pessoas à margem do mercado de trabalho ou em uma posição periférica (como exemplo cita trabalhadores em greve, estudantes, donas de casa, aposentados).

As questões levantadas por esses novos grupos sociais, baseadas na luta pela inserção de novos estilos de vida de caráter inicialmente cultural e comportamental, encontraram nos movimentos pela paz e pela defesa do ambiente as situações-problema estruturantes do grande movimento preservacionista ambiental que se seguiria, contendo um alto grau emancipatório, segundo a análise de Habermas. Este diferencia o potencial emancipatório dos de resistência, nos movimentos surgidos. Os movimentos de resistência não procuram conquistar novos territórios; já os de caráter emancipatório, pelo ataque às fundamentações mais orgânicas dos modos de vida, anseiam e buscam caminhar para uma modificação mais completa e abrangente. Os novos conflitos aparecem, portanto, entre as características do sistema e as dos novos modos de vida, e devem conter novas práticas, assim definidas por Habermas: “A praxis alternativa está em oposição à instrumentalização orientada para o lucro do trabalho profissional, à dependência do mercado na mobilização para o trabalho, à extensão da pressão por competitividade e performance já no ensino básico. Está também dirigida contra processos aonde serviços, relações e tempo tornam-se valores monetários, contra a redefinição consumista das esferas da vida privada e dos estilos de vida pessoal. Além do mais, as relações clientelistas das agências de serviços públicos devem ser



quebradas e modificadas de acordo com o modelo participatório de organizações independentes” (1981: 36).

Offe, que trabalha essas práticas já no contexto de um novo paradigma, o qual inclui atores, conteúdos, valores e modos de atuar, trabalha o universo da ação em três esferas, quais sejam, privada, ante a política não institucional e ante a política institucional. Habermas trabalha o conceito de Instituições antagônicas, que deveriam “reintegrar em um setor, áreas formalmente organizadas de ação, salvá-lo da influência da intervenção da Mídia, e restaurar essas ‘áreas liberadas’ para o mecanismo de compreensão do objeto de coordenação da ação” (1981: 37). Portanto, enquanto Habermas organiza o discurso em torno da luta contra a instrumentalização, a dependência, as pressões, e a estrutura de novos modelos participatórios, para um novo modo de vida, Offe discute setores da estrutura social organizados em torno do novo movimento, e seus modos de atuação ante as esferas pública e privada. Usando a própria análise de Offe (1985: 204), podemos inferir que este se centra prioritariamente no enfoque estruturalista ou funcionalista, enquanto Habermas utiliza a teorização social centrada nos atores ou individualista.

As investigações e interpretações desses novos movimentos sociais recaem, de acordo com Offe, sobre a variante interpretativa dos atores sociais, pois estes refletem reivindicações crescentes, em oposição a necessidades existentes, para as quais já se deterioraram as condições de realização. Apesar de ressaltarem a não-intencionalidade na formulação de uma teoria integral de novos movimentos sociais, tanto Offe como Touraine abordam algumas variáveis explicativas para essas questões.

2 As variáveis explicativas em Offe

Offe adota variáveis explicativas baseado em três grandes questões analíticas, quais sejam, as noções de expansão, aprofundamento e irreversibilidade. Parte da abordagem dos atores sociais citando Inglehart (1977), o qual sugere como principal variável para o surgimento de uma “nova política” a extensão da mudança de valores; insere essa questão nas expectativas da nova classe média, suficientemente abastada para permitir-se uma atitude crítica perante os velhos valores e empenhar-se em uma busca de auto-atualização. Offe, ao citar as dificuldades explicativas de Inglehart (pouca especificidade das necessidades de auto-atualização e dos estratos generacionais de quem se encontra em condições de segurança e prosperidade), retoma a discussão do “novo paradigma” considerando inadequada uma explicação que busca exclusiva ou predominantemente a causa do seu surgimento “nas condições de socialização e nas normas e valores de um extrato particular”, devendo corrigir-se com uma explicação menos psicologizante (1985: 206). Reposiciona, então, a discussão, baseada em um tipo mais estrutural de explicação, o qual “se fixa nos novos movimentos considerando mais seu potencial de mudanças estruturais do que seu desvio político ou seu potencial de distorção de processos institucionais”, enumerando, então, os três aspectos já referidos, considerados inter-relacionados em sociedades pós-industriais (Touraine) ou industriais avançadas capitalistas (Offe). O primeiro aspecto, o da



expansão, considera que os efeitos colaterais negativos e as formas estabelecidas de racionalidade econômica e política já não são concentrados e específicos de uma classe, mas estão dispersos no tempo e no espaço afetando virtualmente qualquer membro da sociedade, em uma ampla variedade de formas. O segundo aspecto, o do **aprofundamento**, considera a existência de uma mudança qualitativa nos métodos e efeitos gerados pela dominação e controle social, sendo sua ação atual mais ampla, afetando as esferas da vida até então consideradas fora do âmbito do controle social racional e explícito. E o terceiro aspecto, da **irreversibilidade**, atribui às instituições políticas e econômicas, que juntas administram a racionalidade da produção e do controle, a perda das capacidades de autocorreção e autolimitação, permanecendo atadas a um círculo vicioso que só se romperá por ações externas às das instituições políticas oficiais.

Offe trabalha ainda, em seu texto, as noções de poder e de privação contidas em Habermas, Foucault e Marx, observando que as experiências de privação nas sociedades capitalistas tardias não se focam e não são exclusivas da classe trabalhadora, mas que afetam igualmente aos status da cidadania, da clientela de decisões administrativas e do consumidor (Habermas); que dada a natureza dispersa do poder e da sua relativa impotência, suas causas não podem ser atribuídas isoladamente a nenhum mecanismo central ou fundamental, e menos ainda à estrutura de produção industrial (Foucault); e que a idéia do conflito primordial (como o derivado da “lei do valor” em Marx) se torna obsoleta perante a intercambiabilidade sistêmica dos cenários de conflito e das dimensões de sua resolução (1985: 208-209).

E, por fim, nos remete analiticamente a duas definições importantes, ainda inseridas no arcabouço da modernidade, as de novo valor e de novos movimentos sociais. “No que diz respeito a **novos valores**”, diz ele, “podemos começar afirmando que o menos novo dos movimentos sociais de hoje são os seus valores. Certamente não existe nada de novo nos princípios e exigências morais sobre a dignidade e autonomia da pessoa, a integridade das condições físicas de vida, igualdade e participação, e de formas pacíficas e solidárias de organização social. Todos esses valores e normas morais propugnados pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados nas filosofias políticas assim como nas teorias estéticas modernas dos últimos séculos, e foram herdadas dos movimentos progressistas tanto da burguesia quanto da classe trabalhadora. Esta continuidade sugeriria que os novos movimentos sociais, no que respeita às suas orientações normativas básicas, não são nem pós-modernos, no sentido de enfatizar os novos valores que (ainda) não tenham sido assumidos pela sociedade mais ampla, nem tampouco pré-modernos, no sentido de tornar seus os resíduos de um passado romantizado pré-racional. Levando-se em conta sua filosofia moral implícita, podem ser definidos como ‘contemporâneos’ das sociedades em que vivem e nas que se opõem aos pressupostos de racionalidade econômica e política de que são feitas as instituições” (1985: 213). Quanto aos **novos movimentos sociais**, enfatiza que “o caráter moderno dos novos movimentos sociais se manifesta, finalmente, porque se assumiu como convicção evidente que o curso da história e da sociedade são ‘contingentes’”, isto é, que podem ser criados e mudados



por pessoas e forças sociais que se decidam a isso, mais do que por princípios “metassociais” (Touraine) de ordem divina ou natural ou, no que nos diz respeito, por uma dinâmica insustentável que beira a catástrofe (1985: 219).

3 Touraine e a questão central dos movimentos sociais, no âmbito da análise sociológica

Touraine trabalha a noção de movimentos sociais, analisando inicialmente as oposições existentes entre a análise social que se organiza em torno da noção de sociedade ou sistema social e a que se centra sobre os movimentos sociais. Introduz um conceito de movimento social, o da sociologia da ação, e o opõe às chamadas outras escolas, funcionalista, estruturalista marxista, estratégica e civilizatória, as quais correspondem a formas de decomposição do conceito de movimento social por ele apresentado, e que enunciaremos a seguir: “O conceito de movimento social implica em uma visão diferenciada da própria vida social. Ao invés de analisar o sistema social como um grupo de transformações e especificações de modelos culturais, consubstanciados em normas institucionais e formas de organização social e cultural, enfatiza o conflito estrutural, numa dada sociedade, sobre o controle dos instrumentos de transformação e ‘produção’ da vida social, especialmente quando esta ‘sociedade’ possui uma alta capacidade de modernização e realização. Conseqüentemente, todos os aspectos da organização social e cultural, ao invés de valores gerais, manifestam simultaneamente modelos culturais, relações de poder, e os movimentos sociais que os expressam”. Esta visão antipositivista das modernas sociedades opõe, à imagem existente de uma sociedade moderna racional, integrada e flexível, a crescente importância dos movimentos sociais, e até mais diretamente, as conseqüências de um nível insuficiente de integração dos conflitos num movimento social central: conflitos selvagens de interesses, vida pseudocomunitária, poder arbitrário, e violência, que é o oposto de conflito social. Touraine centra sua representação de ator social como culturalmente orientado e envolvido em conflitos estruturais.

Descreve a linha funcionalista como a que identifica valores e normas com formas de organização e processos de integração ou desintegração, reduzidos a regras institucionais e estatutos hierarquizados, sem contar com um grau necessário de incerteza, negociação, conflito e transformação (1985: 771).

Reafirma o que julga correto na linha estrutural marxista, ou seja, a constante transformação de um conflito aberto entre movimentos sociais opostos numa ordem “fechada”, objetando, porém, que não existem sociedades fechadas, principalmente as industriais e democráticas, e que é um erro trabalhar-se com a negação e o esquecimento da ubíqua existência de atores (1985: 771).

Trata a “escola estratégica” como uma opositora direta da sociologia dos movimentos sociais, não se constituindo, portanto, em uma de suas formas de decomposição. Esta linha trata da representação da vida social como uma circulação complexa de mudanças, mas sem identificar nenhum conflito estrutural, e seus atores se identificam



como agentes da mudança, diferentemente dos atores em Touraine, os quais pertencem a um certo tipo de vida social, de produção e de cultura (1985: 771).

E finalmente, a escola “civilizatória”, que desenvolve a linha da cultura nacional, defendendo a especificidade das civilizações, ameaçadas pelo imperialismo econômico e cultural de países de orientação universalista, recebe uma crítica quanto à identificação de sua vida social com ideologias e filosofias políticas, negligenciando, assim como os estruturalistas marxistas, os atores sociais reais. Touraine ressalta que, assim como não se deve relacionar diretamente culturas às religiões, orientações culturais não podem caminhar separadas de relações sociais e, em especial, de relações de poder e de dominação (1985: 772).

A partir do debate estabelecido com as outras quatro escolas sociológicas, Touraine conclui que houve uma mudança no quadro de debates da sociologia atual, a qual passou do estudo do sistema social e seus princípios de integração para uma análise da ação social e da mudança social. Acrescenta que o conceito de movimento social é extremamente importante, por oferecer uma crítica direta ao atual modelo de análise, que está em crise, e por introduzir uma nova abordagem, novos debates e novos campos de pesquisas empíricas (1985: 786-787).

